



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

1. ABERTURA

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e quarenta e seis minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria – Protocolo de colaboração no âmbito do “Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar da Região de Leiria”
- 1.2. Comissão de Finalistas da Escola EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto – Pedido de cedência de transporte – Ratificação de despacho
- 1.3. Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Pedido de comparticipação de despesas de transporte
- 1.4. Rancho Folclórico Neveiros do Coentral – Cedência de transporte e isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.5. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. – Pedido de licença de recinto improvisado e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.6. Cercicaper – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados – Pedido de cedência de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Abertura de conta bancária – Ratificação
- 2.4. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2019
- 2.5. Alteração ao Orçamento de 2019

3. Secção do Aprovisionamento, Gestão de Stocks e Património

- 3.1. Hasta pública para alienação de material lenhoso
- 3.2. Hasta pública para alienação de imóveis

4. Secção de Processamentos e de Gestão Contabilística das Águas

- 4.1. Fornecimento de água para abastecimento público – Faturação novembro de 2018



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

5. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais

5.1. Empreitada de “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) /Incêndios 2017” - Esclarecimento

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Foram presentes a ata n.º 9/2019, de 13 de maio, a ata n.º 10/2019, de 30 de maio, a ata n.º 11/2019, de 18 de junho, a ata n.º 12/2019, de 28 de junho, e a ata n.º 13/2019, de 12 de julho.

A este propósito a Sra. Presidente referiu que a recuperação das atas em atraso consubstanciou um processo moroso e complicado contudo *“toda a gente suspira de alívio”*.

Em seguida, perguntou aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração à ata n.º 9/2019, de 13 de maio.

Não se registando quaisquer reparos, a Sra. Presidente submeteu a referida ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Relativamente às demais atas presentes, foram sugeridas pelos Srs. Vereadores do PS algumas correções ao conteúdo das mesmas.

No entendimento dos Srs. Vereadores do PS, aquelas atas não refletem na íntegra as intervenções e discussões ocorridas nas reuniões a que respeitam, uma vez que foram cortadas certas intervenções e outras têm o seu contexto alterado.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse reconhecer o esforço que foi feito para recuperar as atas em atraso e pese embora as atas consubstanciem documentos políticos, de certo modo, pareceu-lhes existir *“alguma tentativa de partidarização de um documento que tem de ser apartidário. É político, mas tem de ser apartidário”*.

A Sra. Presidente frisou que *“nunca, jamais, em tempo algum foi objetivo, quer deste Executivo, quer de quem está a fazer as atas”* prosseguir tal finalidade, não tendo sido emitida qualquer instrução nesse sentido às técnicas que elaboraram as atas, pelo que considera não assistir razão na leitura feita pelos Srs. Vereadores do PS.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes esclareceu que os reparos que têm vindo a ser feitos às atas nada têm a ver com quem as redige, expressando que *“do nosso ponto de vista, que tem de ser respeitado, as atas têm, de facto, um teor muito tendencioso”*.

Seguidamente, referiu que, se a Sra. Presidente assim o entender, os Vereadores do PS estão disponíveis para a realização de uma reunião destinada à resolução das questões inerentes às atas ou então poderão discuti-las agora ponto por ponto.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

A este propósito, a Sra. Presidente solicitou aos Senhores Vereadores do PS que apresentassem as sugestões de alteração que pretendiam fazer ao conteúdo das atas em questão, tendo o Sr. Vereador António Antunes, com o auxílio do Sr. Vereador Gonçalo, indicado algumas das alterações pretendidas.

Seguidamente, a Sra. Presidente perguntou à Dra. Bernardina se pretendia tecer algum comentário a respeito da discussão sobre o conteúdo das atas.

Tomando a palavra, a Dra. Bernardina respondeu afirmativamente começando por afirmar que o seu trabalho é técnico e não político e que por isso muitas vezes evita pronunciar-se sobre algumas das intervenções proferidas nas reuniões, mas que, neste caso, não poderia deixar de o fazer pois estavam a ser tecidos juízos de valores sobre o seu trabalho e dos demais profissionais que colaboram na redacção das atas.

Prosseguindo, reiterou que o trabalho levado a cabo por si tem natureza técnica e não política, pelo que, no desenvolvimento da sua atividade sempre adotou uma conduta de total imparcialidade. Assim, e porque sempre lhe foi concedida autonomia técnica quer por este Executivo, quer pelos Executivos anteriores, não pode aceitar que sejam apontadas certas ilações, designadamente sobre a existência de uma alegada finalidade de prejudicar bem como de um carácter tendencioso naquilo que é transcrito para as atas.

Seguidamente, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que a propósito da intervenção da Dra. Bernardina esclareceu que os reparos que efetuaram nunca pretenderam colocar em causa o trabalho de quem redige as atas, acrescentando que *“estamos na esfera do debate político e o que quisemos aqui dizer é que não podemos aceitar atas que não refletem o teor de discussão”*.

Em complemento, o Sr. Vereador António Antunes referiu que a responsável pela ata é a Presidente da Câmara Municipal e a Dra. Bernardina ao secretariar a reunião é apenas responsável pela sua redacção.

Novamente no uso da palavra, a Dra. Bernardina lembrou que as atas têm certamente algumas falhas, e que isso era natural num trabalho desta natureza. Mais referiu que a discussão saudável sobre a indicação de tais erros ou faltas é ótimo, constituindo, inclusivamente, um contributo para quem redige aqueles documentos, e por isso agradece essa ajuda, particularmente porque provém de quem participou nas reuniões. No entanto, não pode deixar de indicar que a elaboração das atas é feita por técnicos camarários que não atuam como entes políticos.

Verificando-se a anuência de todos perante a posição da Dra. Bernardina, a Sra. Presidente disse que esta questão estava esclarecida e passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por propor um voto de solidariedade para com os Municípios que nos passados dias 20 e 21 de julho, foram fustigados por um violento incêndio, designadamente os Municípios de Mação, Vila de Rei e Sertão, voto esse que foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente informou que no passado dia 29 de julho teve lugar a outorga da escritura de constituição da APIN - Empresa Intermunicipal de Águas.

Informou também que serão levadas a cabo mais sessões de esclarecimento, no âmbito do processo de georreferenciação de terrenos rústicos, a ter lugar em algumas coletividades do concelho. As mesmas estão agendadas para os dias 8, 14, 15, 30 de agosto e 5 de setembro, e decorrerão nas aldeias de Pera, Coentral, Sapateira, Sarzedas de S. Pedro e Moita, respetivamente.

Prosseguindo, referiu que ocorreu no dia de hoje uma reunião com a Comissão Técnica do REVITA, em Figueiró dos Vinhos, tendo em vista a análise das candidaturas/ casos que se encontram ainda pendentes.

Informou, também, que houve lugar à aprovação, por parte da Comissão de Defesa da Floresta contra Incêndios, no passado dia 22 de julho, do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, tendo aquele documento sido remetido para o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas) no dia 24 do corrente mês;

Para terminar, deu nota que se encontra agendada para o dia de amanhã, 31 de julho, a assinatura do acordo com o arrendatário do Poço Corga.

De seguida, a Sra. Presidente procedeu à leitura da relação de processos enquadrados no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e que foram objeto de despacho:

Para os devidos efeitos, e na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 24 de novembro de 2017, delegando as competências previstas no n.º 1 e n.º 4 do artigo 5.º do RJUE na Presidente de Câmara, cumpre-me informar:

- No âmbito da publicação do Decreto-Lei nº 84/2019, de 20 de junho, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2019, veio a ANMP, através de e-mail de 1 de julho de 2019, enviar a circular n.º 40/2019-PB, onde sublinha algumas das normas do mesmo que considera especialmente relevantes neste momento porque relativas à descentralização administrativa.
- Na sequência da aprovação pelo Conselho Intermunicipal da CIMRL da minuta de protocolo de colaboração no âmbito do “Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar da Região de Leiria”, onde ficou determinado a comparticipação financeira de cada um dos parceiros no referido projeto, veio a Comunidade Intermunicipal solicitar através de e-mail de 11 de julho, o preenchimento dos dados em falta a fim de poder efetuar a respetiva assinatura.
- Através de e-mail de 19 de julho de 2019, veio a CIMRL dar conhecimento de que estão em vigor os descontos do PART_RL aos passes da CP a partir de 1 de julho do corrente ano e 2019.
- Foi rececionado e-mail, datado de 22 de julho de 2019, proveniente da Direção Geral das Autarquias Locais, a comunicar que foi publicado o Despacho n.º 6541-B/2019, II Suplemento ao Diário da República n.º 137,



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

2.ª série, de 19 de junho, que procede à publicação do mapa "Encargos anuais com as competências descentralizadas - setor da saúde" que identifica, por município, os montantes anuais a transferir para os anos de 2019 e 2020, sem prejuízo dos valores anuais já executados ou a executar ainda no decorrer de 2019.

O mesmo e-mail informa que, dando cumprimento ao referido Despacho, foi publicado no Portal Autárquico o mapa de "Imóveis objeto de transferência de competências – setor da saúde".

Informa, ainda os prazos fixados para comunicação de não aceitação das transferências para o exercício das competências no decorrer do presente ano e a partir do ano de 2020 e remete, em anexo, mapas com informação detalhada quanto aos recursos humanos, materiais e financeiros a passar para o Município em caso de concretização da transferência de competências.

Por último informa que, no desenvolvimento do processo de descentralização de competências no domínio da saúde, o Governo, através do fundo ambiental, mais especificamente do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública abriu candidaturas, até 30 de setembro, destinadas exclusivamente aos municípios.

- Em 22 de julho de 2019 foi rececionado e-mail proveniente da ANMP a informar que, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde foi publicado o Despacho n.º 6541-B/2019, de 19 de julho, relativo ao mapa de encargos anuais com as competências descentralizadas no setor da saúde, sublinhando que os municípios têm como prazo limite para comunicar à DGAL a não aceitação do exercício de competências no ano de 2019 o dia 17 de setembro de 2019.
- Foi rececionado e-mail de 24 de julho de 2019, proveniente do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais, esclarecendo, nomeadamente, que o prazo para os municípios comunicarem à Direção-Geral da Autarquias Locais que não pretendem exercer as competências transferidas ao abrigo do processo de descentralização no ano de 2019 se mantém inalterado. Mais esclarece que, no caso específico da área sectorial da educação, deverá considerar-se para esse efeito o ano letivo de 2019/2020, aplicando-se, a prorrogação até 30 de setembro de 2019 às comunicações referentes ao ano letivo de 2020/2021.

No caso específico da área sectorial da saúde, esclarece também que o prazo de 60 dias corridos para os municípios se pronunciarem sobre a intenção de não exercer em 2019 as competências transferidas se iniciou na passada sexta-feira dia 19 de julho, com a publicação do já mencionado Despacho n.º 6541-B/2019 que procede à publicitação do mapa de "Encargos anuais com as competências descentralizadas - setor da saúde" identificando, por município, os montantes anuais a transferir para os anos de 2019 e 2020, terminando no próximo dia 17 de setembro de 2019.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

Findas as informações interveio o Sr. Vereador António Antunes com o intuito de perceber qual o critério utilizado para a realização das sessões no âmbito da georreferenciação referidas pela Sra. Presidente, isto é, se se tratariam de localidades onde haveria um menor número de proprietários que já haviam procedido ao cadastro das suas propriedades.

Em seguida, referiu que tem verificado que no site do Município têm sido publicitados os avisos sobre os incêndios rurais sugerindo que a par dessa publicitação se continuasse a fazer o mesmo na página do Município na rede social *facebook* como vinha sendo hábito anteriormente.

Informou também que continua a aguardar o envio da documentação relativa ao novo procedimento das estradas, para além da documentação relativa a outros processos que haviam solicitado anteriormente.

Continuando, fez referência à questão do aumento da zona de sombra na Praia das Rocas lembrando que os Vereadores do PS têm vindo a fazer sucessivas perguntas nas diversas reuniões de Câmara e que na última reunião foi indicado pela Sra. Presidente que o processo estava em fase de conclusão e que a plataforma seria colocada muito em breve. Assim, pergunta se há alguma informação adicional.

No uso da palavra, a Sra. Presidente começou por responder que as ações no âmbito da georreferenciação também já foram realizadas no ano anterior. Esclareceu que o critério para a realização destas ações visou predominantemente coincidir com os dias em que há mais afluência de pessoas naquelas aldeias, designadamente os dias que antecedem as festas locais, por forma a conseguir dar conhecimento do projeto também a quem não se encontra a residir neste Município.

Prosseguindo, agradeceu o alerta no que concerne aos avisos sobre os incêndios rurais não serem publicitados na página do Município na rede social *facebook* como vinha sendo hábito anteriormente.

Relativamente ao envio da documentação das estradas, a Sra. Presidente explicou que para a recuperação das atas estiveram alocados vários recursos, pelo que não houve oportunidade de digitalizar os documentos referentes aos procedimentos, de forma a serem enviados aos Srs. Vereadores do PS. No entanto, o envio da documentação deverá ser feito no decorrer da próxima semana ou na seguinte.

Sobre a questão do aumento da zona de sombra na Praia das Rocas, a Sra. Presidente respondeu que muito em breve se iniciará a colocação da plataforma para o efeito.

A propósito, o Sr. Vereador António Antunes tomou a palavra para lembrar que aquando da decisão do envio do procedimento, foi referido que o mesmo ficaria a cargo do Sr. Vereador Nuno Óscar, e que considerou que se tratasse de um modo de tornar o processo mais célere. Posto isto, transmitiu que continuarão a aguardar pelo envio da documentação.

Relativamente à questão do aumento de sombras na Praia das Rocas anotou que continuariam a aguardar o início dos trabalhos esperando que a colocação da plataforma não interfira com o período balnear.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

Interrompendo, a Sra. Presidente referiu que com toda a certeza a questão da interferência com a época balnear estava salvaguardada.

Sobre a questão dos documentos que ficaria a cargo do Sr. Vereador Nuno Tomás referiu que apenas ficou sob a sua alçada para termos a noção se foram enviados ou não porque naturalmente não seria o Sr. Vereador a digitalizar e enviar os documentos.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes dando conta que, apesar dos esclarecimentos prestados pela Sra. Presidente no início da reunião, no dia de ontem saíram diversas notícias em órgãos de comunicação nacionais que davam conta que o nosso Município se incluía na lista de concelhos com o Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios ainda por aprovar. Atendendo a que o nosso Plano Municipal foi entregue no ICNF no passado dia 24 de julho, considera que deveria ter sido noticiado isso mesmo.

Na mesma senda, referiu que já por diversas vezes, em sede de reuniões de câmara, foi colocada a questão do Engenheiro Florestal, sendo que, na reunião de 18 de junho último, a Sra. Presidente referiu que aquele iniciaria funções no final daquele mesmo mês, o que não ocorreu pelo que, chegado ao final do mês de julho, ao período crítico dos incêndios, questionou a Sra. Presidente relativamente à contratação do técnico em causa.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes comentou a entrevista dada à TSF, por ocasião dos 5 programas que aquela rádio realizou acerca do nosso concelho, que, no seu entender, configurou do ponto de vista político, *“outra vez uma oportunidade perdida ou uma oportunidade aquém de si própria”*. Na sua opinião aquela entrevista não se assume como abonatória para o Município, desde logo porque a estratégia delineada surgiu um tanto *“desordenada”* e *“vaga”*, o que, na sua opinião, não é bom para o concelho pois *“diminui a nossa imagem para o exterior”*.

Referiu que naquela entrevista, e acerca dos Passadiços das Quelhas, a Sra. Presidente disse: *“vamos fazer a Ribeira das Quelhas”,* acrescentando *“lapso seu, naturalmente, eu percebi, mas quem ouvi não percebeu”*. Acrescentou que percebe que é uma obra e que o target de ação deste executivo passará pelo turismo de natureza, é uma opção e, nesse caso, é preciso saber de que forma parecendo-lhe que, nesta matéria, a Sra. Presidente foi muito vaga e poderia ter sido mais específica, a menos que seja estratégia política, e, nesse caso, até entende.

Ainda a este propósito referiu que a Sra. Presidente ao mesmo tempo que falava na entrevista sobre os Passadiços das Quelhas manifestava a sua preocupação a nível de acessos àquele local, designadamente na hipótese de ocorrência de um acidente, o que, quanto a si não deveria ter sido dito, parecendo-lhe, inclusivamente, que o executivo necessita de fazer uma prévia preparação quando participa nesse tipo de eventos, a fim de fazer deles uma verdadeira oportunidade de divulgação da imagem do concelho considerando *“que a Sra. Presidente esteve muito aquém daquilo que poderia e deveria ter dito e feito”*.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

Intervindo, a Sra. Presidente começou por esclarecer que relativamente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios foram prestadas as informações aos órgãos de comunicação social exatamente da mesma forma que foram prestadas aos Senhores Vereadores salientando que este executivo tem envidado esforços no sentido de ver o Plano aprovado.

Quanto à segunda questão referiu que não se lembra de ter dado a garantia de que o Engenheiro Florestal iniciaria funções ainda no mês de junho, desde logo porque nesse mês ainda não se havia concluído o respetivo procedimento de contratação, acrescentando que, neste momento, já está em condições de informar que o Engenheiro Florestal irá iniciar funções no próximo dia 5 de agosto.

Relativamente à questão da entrevista dada à TSF, a Sra. Presidente sublinhou que naquela entrevista não houve oportunidade para uma preparação antecipada, e que tal é perceptível até pelo seguimento das questões que foram abordadas. A forma como se referiu ao projeto dos Passadiços terá sido no seguimento de alguma interrupção ou questão que nada tinha a ver com aquela matéria. Por fim, disse que a estratégia prosseguida foi referida naquela mesma entrevista concedida à TSF.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referindo que ouviu na íntegra a entrevista e percebeu que o jornalista, fazendo o seu papel, *“até lhe estava a dar a mão”* no sentido de ir conduzindo a entrevista.

Quanto à estratégia acentuou que a Sra. Presidente não disse mais porque *“ou não a tem ou não quis”* ou prefere esperar para 2020 como disse numa altura da entrevista.

Intervindo, a Sra. Presidente deu conta que referiu 2020 quando abordou o tema Orçamento, ao que, de imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes argumentou que lhe parece que a Sra. Presidente *“teve oportunidade de ir mais longe”* tendo aquela replicado que *“todos temos oportunidade de ir mais longe”*.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

ORDEM DO DIA

4. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE LEIRIA – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DO “PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA REGIÃO DE LEIRIA”

Presente proposta de Protocolo de colaboração a outorgar entre a CIMRL e este Município no âmbito do “Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Região de Leiria”.

Considerando que o Protocolo em causa tem por objetivo a implementação e concretização do aludido Plano Integrado, regulando a comparticipação do valor a suportar pelo Município assente na celebração do presente protocolo, a vigorar até à conclusão financeira do projeto cuja execução decorre entre os anos de 2017 a 2020;

Considerando a mais-valia do projeto em causa;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere a outorga do mesmo nos seus precisos termos, efetuando o pagamento da comparticipação financeira no montante € 1.952,77 (mil novecentos e cinquenta e dois euros e setenta e sete cêntimos).

DISCUSSÃO:

Solicitou a palavra o Sr. Vereador António Antunes de forma a ser esclarecido acerca das medidas concretamente pensadas e construídas para o nosso Município.

Interveio o Sr. Vereador João Graça que explicou que as medidas constantes neste Plano já têm vindo a ser aplicadas. A título de exemplo referiu a Missão Finlândia, que foi levada a cabo durante o mandato do Executivo anterior, tendo incluído uma visita de estudo àquele país.

Deu conta que, também neste âmbito, temos a participação da Terapeuta da Fala bem como a formação pedagógica que foi dada aos professores para desenvolver a estratégia da matemática e outras.

Para além disso está a ser implementado o projeto: “Descobrir a Região” que propõe que as escolas realizem visitas aos concelhos pertencentes à CIMRL e a locais por estes sugeridos.

Inclui ainda o “Observatório da CIM” que se traduz numa compilação da informação recolhida no período de concretização do projeto, ou seja, três anos. No final do Plano, será realizada a análise das melhorias obtidas, bem como das medidas a adotar para alcançar uma redução do insucesso escolar.

Por fim, esclareceu que aquela comparticipação que cabe a cada município foi calculada mediante uma escala, pelo que não se revela igual entre os concelhos pertencentes à CIM.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. COMISSÃO DE FINALISTAS DA ESCOLA EB 2,3 DR. BISSAYA BARRETO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente pedido formulado pela Comissão de Finalistas da Escola EB 2, 3 Dr. Bissaya Barreto para cedência de transporte, no âmbito de uma atividade escolar, à Foz de Alge – Figueiró dos Vinhos, no passado dia 17 de julho.

Considerando que a referida atividade ocorreu em data anterior à presente reunião e se revelava de grande interesse para a comunidade escolar do concelho, foi proferido despacho de deferimento do pedido formulado, propondo-se, pela presente, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere a ratificação do mesmo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Nuno Tomás pediu escusa por ser familiar direto (pai) de um elemento da Comissão de Finalistas, a qual foi aceite, pelo que não participou da



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

6. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BISSAYA BARRETO – PEDIDO DE PARTICIPAÇÃO DE DESPESAS DE TRANSPORTE

Presente ofício do Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto - Castanheira de Pera, datado de 03/07/2019, remetendo, para efeitos de participação, fotocópia da fatura no valor de 220,00 € (duzentos e vinte euros) referente à deslocação de 35 alunos do 2.º Ciclo à Lousã, em 27/06/2019.

Considerando que as visitas de estudo são, por norma, atividades bastante enriquecedoras do percurso escolar dos alunos, permitindo-lhes adquirir novos conhecimentos e vivenciar ambientes e realidades diferentes do habitual;

Considerando que face ao valor das referidas faturas, bem como ao facto de, em regra, cada aluno suportar um custo de 5,00 € (cinco euros) nestas deslocações, a participação em causa ascende ao montante de 45,00 € (quarenta e cinco euros);

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao solicitado, autorizando a transferência para o Agrupamento de Escolas do montante supra indicado.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

7. RANCHO FOLCLÓRICO NEVEIROS DO COENTRAL – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presente pedido formulado pelo Rancho Folclórico Neveiros do Coentral para cedência de transporte, com destino à povoação do Castelo, concelho de Sertão, no próximo dia 18 de agosto.

Considerando que a atividade se reveste de grande interesse para o concelho pois contribui, nomeadamente, para a divulgação do mesmo;

Considerando o interesse lúdico, recreativo e de preservação das tradições associado ao evento;

Considerando a mais valia da atividade desenvolvida pela requerente;

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, incluindo a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

8. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – PEDIDO DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presente e-mail da Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., a solicitar a emissão de licença para a instalação de recinto improvisado, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e ao abrigo do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto-



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, na sua última redação, para a realização de um evento intitulado “SUNSET Praia das Rocas – Record”, no recinto da Praia das Rocas, no dia 9 de agosto de 2019, bem como a isenção do pagamento da taxa devida pela licença supra mencionada.

Considerando que não existem impedimentos que obstem à apreciação do pedido;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a emissão da licença requerida, nos termos solicitados.

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido de isenção do pagamento das respetivas taxas, por não se enquadrar nos normativos do Regulamento Municipal supra indicado que regulam as isenções e reduções de taxas (artigos 11.º a 14.º).

Propõe-se ainda conceder à requerente, o prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da presente deliberação para vir dizer, querendo, por escrito, o que se lhe oferecer quanto ao presente projeto de decisão, nos termos do disposto nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. CERCICAPER – COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presente pedido formulado pela Cercicaper – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera – CAO, para cedência de transporte, com destino à Praia Osso da Baleia, no dia 7 de agosto de 2019, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando o elevado préstimo que esta instituição tem no âmbito das respostas sociais do Município, de que resulta inegável benefício para a população local, bem como para a população de vários concelhos limítrofes, uma vez que a ação desta entidade se estende para além das fronteiras concelhias;

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum;

Considerando a manifesta relevância sociocultural da atividade em apreço, nomeadamente, para os utentes da Cercicaper;

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, isentando a requerente do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

10. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 26 de julho de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal, era nesse dia de 1.914.567,58 € (um milhão novecentos e catorze mil quinhentos e sessenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos), sendo as operações orçamentais no



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

valor de 1.865.336,18 € (um milhão oitocentos e sessenta e cinco mil trezentos e trinta e seis euros e dezoito cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 49.231,40 € (quarenta e nove mil duzentos e trinta e um euros e quarenta cêntimos). Os movimentos de Tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 1.924.710,88 € (um milhão novecentos e vinte e quatro mil setecentos e dez euros e oitenta e oito cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

11. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 11/07/2019 e 26/07/2019, registados sob os números 973, 979, 1000 a 1095 no valor total de 371.278,38 € (trezentos e setenta e um mil duzentos e setenta e oito euros e trinta e oito cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

12. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – RATIFICAÇÃO

Ao abrigo do ponto n.º 2.9.10.1.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 60-A/05, de 30 de dezembro, propõe-se a abertura de uma conta bancária na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, agência de Castanheira de Pera, no âmbito do “ Empréstimo a contrair pelo Município, junto do FAM – para apoio à Reconstrução das Habitações não Permanentes Afetadas pelo Incêndio de junho de 2017.”

Propõe-se que, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a abertura da referida conta.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

13. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 14.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 29.400,00€ (vinte e nove mil e quatrocentos euros), por reforço e de 9.400,00€ (nove mil e quatrocentos euros), por anulação, no Plano Plurianual de Investimentos, e no valor de 500,00€ (quinhentos euros) nas Atividades Mais Relevantes, por reforço e anulação.

DISCUSSÃO:

Usou da palavra o Sr. Vereador António Antunes com o intuito de pedir alguns esclarecimentos sobre alguns dos valores, tendo a Sra. Presidente clarificado quanto aos mesmos que o valor de 9.400,00€ tem a ver com a candidatura do software, relativamente ao qual foi necessária a adaptação do valor “candidatável” em equipamento informático. Já o outro valor constante na



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

deliberação, e a sua alteração tem a ver com a projeção que tinha sido realizada relativamente às taxas de juro do empréstimo.

Por fim, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou ainda acerca do valor de vinte mil euros sob a rubrica “Resíduos Sólidos”, tendo a Sra. Presidente explicado que aquele valor tem a ver com a possibilidade de aquisição da varredora.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

14. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 15.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 36.400,00 € (trinta e seis mil e quatrocentos euros), por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

15. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE MATERIAL LENHOSO

No seguimento da deliberação desta Câmara Municipal de 18 de junho de 2019 procedeu-se à publicação em Diário da República da hasta pública para a alienação de material lenhoso;

O anúncio do procedimento foi publicado no Diário da República n.º 134 com o n.º 7376/2019 a 16 de julho de 2019;

Conforme as peças procedimentais aprovadas na reunião de 18 de junho, as propostas poderiam ser enviadas por escrito até às 16H do 5.º dia consecutivo após a publicação em Diário da República;

O ato público para a abertura de propostas e licitações realizou-se no dia 23 de julho de 2019 pelas 14H30;

Verifica-se que, conforme a ata da comissão das Hastas públicas que se anexa à presente deliberação fazendo da mesma parte integrante, não houve apresentação de propostas, nem de licitações, pelo que se considera como tendo ficado deserta a hasta pública para a alienação de material lenhoso já cortado.

Nos termos do disposto no ponto 4 do artigo 16.º do Programa de Procedimento, submete se a referida ata ao órgão competente para a alienação, para decisão.

Assim, considerando o facto de a Hasta Pública ter ficado deserta;

Considerando o lapso de tempo decorrido entre a avaliação que serviu de base à fixação do preço base e o momento atual;

Considerando a natureza do material em causa, o local onde se encontra e as condições climáticas ocorridas;

Considerando que urge dar destino ao material lenhoso em causa;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

- a) Que, após reavaliação do valor base do aludido material lenhoso se proceda em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 266-B do Código dos Contratos Públicos, efetuando a publicitação conforme aí vem descrito;
- b) Após, e caso se justifique, se proceda ao lançamento de nova hasta pública, com base nas peças do procedimento anexas à deliberação camarária de 18 de junho p.p., com a alteração do valor em conformidade com o resultado da nova reavaliação;
- c) Após, e caso se justifique, nomeadamente se a mesma ficar deserta ou não se proceda à adjudicação/contratação por qualquer fundamento, se recorra à alienação por negociação direta com pessoa determinada, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 266.º-C do Código dos Contratos Públicos, dando-se a publicidade que se reputar suficiente.

DISCUSSÃO:

Intervindo, o Sr. Vereador António Antunes pediu alguns esclarecimentos acerca do novo valor de avaliação e ainda acerca das normas supra mencionadas do C.C.P.

No uso da palavra, a Sra. Presidente esclareceu que ainda não há um valor, uma vez que foi solicitada nova avaliação tendo em complemento, a Dra. Bernardina explicado que o aludido preceito se refere à possibilidade de negociação particular, caso a hasta pública fique deserta ou não haja lugar à contratação.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

16. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Considerando que o Município de Castanheira de Pera é legítimo proprietário dos seguintes prédios:

- Prédio Rústico, sito em Ribeiro dos Pereiros, inscrito na matriz rústica da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral sob o artigo nº 21867 e descrito na Conservatória de Registo Predial de Castanheira de Pera sob o nº 18069/20150119;
- Prédio Rústico, sito em Ribeiro dos Pereiros, inscrito na matriz rústica da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral sob o artigo nº 21871 e descrito na Conservatória de Registo Predial de Castanheira de Pera sob o nº 18094/20150317;

Considerando que os prédios rústicos supra mencionados se encontram disponíveis, livres e devolutos;

Considerando que os mesmos se localizam numa zona onde já se desenvolvem atividades económicas (industrial/comercial), encontrando-se aí já fixadas algumas empresas;

Considerando que, na Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), os imóveis em causa estão inseridos em espaços para atividade económica;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

Considerando que a disponibilização de áreas com aptidão para o indicado uso se revela como uma mais-valia para o desenvolvimento do concelho, atendendo, nomeadamente, às carências existentes nesse domínio;

Considerando que se pretende promover políticas de incentivo à implementação de novas atividades e investimento local, bem como a criação de melhores condições para as já existentes;

Considerando que o valor base a fixar pode consubstanciar um meio de atração e concretização dos princípios atrás enunciados;

Considerando os preços generalizados na zona, particularmente nos concelhos vizinhos;

Considerando a inexistência de comprometimento dos interesses do Município;

Considerando a avaliação dos imóveis em causa, efetuada pelos serviços camarários e que se anexa sob Docs. 1 e 2;

Considerando que o recurso à hasta pública favorece os princípios gerais subjacentes à atividade administrativa, de que se destaca a transparência e a imparcialidade, bem como a igualdade e a concorrência;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- Aprovar a alienação, através de hasta pública, dos prédios rústicos sitos em Ribeiro dos Pereiros, designadamente o inscrito na matriz rústica da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral sob o artigo nº 21867; e Prédio Rústico inscrito na matriz rústica da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral sob o artigo nº 21871, ao abrigo do estipulado pela alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- Estipular para o efeito, o valor de 7862,91 € (sete mil oitocentos e sessenta e dois euros e noventa e um cêntimos) e 1225,00 € (mil duzentos e vinte cinco euros), respetivamente, como bases de licitação para os prédios supra mencionados, conforme avaliação efetuada pelos serviços camarários, cuja cópia se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais;

- Aprovar os respetivos Programa de Procedimento e Edital, conforme cópias que se anexam e se dão aqui por reproduzidas para todos os efeitos legais.

DISCUSSÃO:

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes começou por interrogar acerca do critério utilizado para a realização da supra mencionada hasta pública, manifestando que se os fundamentos forem aqueles constantes na deliberação “e bem” – dinamizar a atividade empresarial – o adequado seria a realização da limpeza e preparação daqueles mesmos prédios rústicos, e só posteriormente é que se deveria proceder à sua colocação à disposição dos eventuais interessados. Aditou ainda que este seria o caminho que, na sua opinião, deveria ser trilhado e que a estratégia de captação de investimento deveria ser revista.

Em resposta, a Sra. Presidente indicou que os fundamentos são os constantes na deliberação, tendo depois realizado uma breve explicação dos projetos que teriam sido pensados por anteriores executivos para aqueles terrenos, designadamente a realização de um mini parque industrial, que não se chegou a concretizar.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

Para além disto, manifestou que a assunção da opção de venda se fundou, nomeadamente, na ausência de aproveitamento daquelas áreas, bem como na manifestação de alguns interessados na aquisição para investir nesta região. Por fim, reforçou que esta não se resume na estratégia utilizada para a captação de investimento, mas numa medida usada concretamente para estes dois terrenos.

Por fim, o Sr. Vereador António Antunes questionou se naquela hasta pública não estariam previstas imposições de construção, por forma a prosseguir a finalidade de desenvolvimento de atividade empresarial inerente aos aludidos prédios, tendo sido então escalpelizadas algumas normas do referido procedimento que previam as consequências e obrigações impostas ao adjudicatário, no sentido de esclarecer a questão colocada.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

17. FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO – FATURAÇÃO NOVEMBRO DE 2018

Na sequência do que foi apurado no processo disciplinar instaurado ao assistente operacional do mapa de pessoal deste Município, José Gabriel Simões Rodrigues Martins e da deliberação tomada por maioria em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 30/05/2019, sobre o mesmo, torna-se necessário rever a deliberação tomada por aquele órgão municipal, em reunião de 26/04/2019, sob a epígrafe “Fornecimento de água para abastecimento público- Faturação novembro de 2018”

Assim e considerando o seguinte:

- Que a faturação do consumo de água emitida no mês de novembro de 2018 gerou no sistema vários alertas de situações anómalas relativamente à média de consumos anteriores, as quais foram referenciadas pelos respetivos serviços municipais;

- Que, nos termos do artigo 28.º, n.ºs 1 e 2 do Regulamento n.º 594/2018 - Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos, da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, publicado em Diário da República, na Série II de 2018-09-04, em diante apenas Regulamento ERSAR, «os caudais de água fornecida e de águas residuais urbanas recolhidas são objeto de medição para efeitos de faturação e/ou determinação dos rendimentos tarifários», sendo essa medição «efetuada de forma contínua através dos instrumentos instalados, sendo a respetiva leitura realizada com a periodicidade fixada no contrato de fornecimento ou recolha, não podendo o intervalo entre duas leituras consecutivas ser superior a dois meses»;

- Que, conforme estabelecido pelo mencionado Regulamento ERSAR, «[o] utilizador do serviço em alta pode, ainda, solicitar a verificação do instrumento de medição quando o mesmo haja começado a registar consumos que, face ao seu registo habitual e à época da ocorrência, se possam considerar anormais», e, «no



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

caso de comprovada avaria, dano, deterioração ou desaparecimento do instrumento de medição, o volume de água presumivelmente consumido é determinado pela média dos consumos do período homólogo do ano anterior.» – cfr. artigo 29.º, n.ºs 5 e 7;

- Que, segundo o disposto nas normas do artigo 88.º do referido Regulamento ERSAR, « (...) 10- A deteção de uma anomalia no volume de água medido por um contador dá lugar à correção da fatura emitida, quer do serviço de abastecimento de água como dos demais serviços cujas tarifas estejam indexadas ao volume de água consumida. 11- A correção da faturação a que se refere o número anterior tem por base a percentagem de erro apurada na verificação periódica ou extraordinária do contador e afeta apenas os meses em que os consumos se afastem mais de 25% do valor médio relativo: a) ao período de 6 meses anteriores à substituição do contador; b) ao período de funcionamento, se este for inferior a 6 meses. 12- No caso de comprovada paragem do contador, a faturação é corrigida com base no consumo médio apurado entre as duas leituras subsequentes à substituição do contador (...)»;

- Que, conforme estabelecido no artigo 87.º, n.º 1 do Regulamento ERSAR, «1 - O contador fica à guarda e fiscalização imediata do utilizador, o qual deve comunicar à entidade gestora todas as anomalias que verificar, nomeadamente, não fornecimento de água, fornecimento sem contagem, contagem deficiente, rotura e deficiências na selagem, entre outros.»;

- Que o artigo 93.º do Regulamento ERSAR, com a epígrafe “Estimativa de consumo de água”, estabelece que: «1 - Nos períodos em que não haja leitura do contador, o consumo é estimado: a) em função do consumo médio apurado entre as duas últimas leituras reais e efetuadas pela entidade gestora; b) em função do consumo médio do período homólogo do ano anterior quando o histórico dos consumos revele a existência de sazonalidade; c) em função do consumo médio de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal verificação no ano anterior, na ausência do território municipal verificado no ano anterior, na ausência de qualquer leitura subsequente à instrução do contador.(...)»;

- Que a Lei dos Serviços Públicos – Lei n.º 23/96, de 26 de julho – no seu artigo 12.º prevê que «[s]empre que, em virtude do método de faturação utilizado, seja cobrado ao utente um valor que exceda o correspondente ao consumo efetuado, o valor em excesso é abatido da fatura em que tenha sido efetuado o acerto, salvo caso de declaração em contrário, manifestada expressamente pelo utente do serviço.». Preceito este que se relaciona com o estabelecido no artigo 34.º do Regulamento ERSAR e com o previsto no artigo 67.º, n.º 6, alíneas a) e b) do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabeleceu o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos;

- Que o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, prevendo no seu artigo 6.º, n.º 2, com a epígrafe “Princípio da autonomia financeira”, que: «2- A autonomia financeira das autarquias locais assenta, nomeadamente, nos seguintes poderes dos seus órgãos: (...) d) Liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por lei lhes sejam destinadas.»;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

- Que a proteção de direitos económicos do consumidor tem consagração constitucional no artigo 60º, nº 1 da Constituição da República Portuguesa, em diante Constituição, conforme se passa a citar: «1 - Os consumidores têm direito à qualidade dos bens e serviços consumidos, à formação e à informação, à proteção da saúde, da segurança e dos seus interesses económicos, bem como à reparação de danos.»;

- Que a Lei de Defesa do Consumidor, aprovada pela Lei n.º 24/96, de 31 de julho, dá cumprimento ao citado imperativo constitucional, reafirmando, no seu artigo 3.º, al. e), o direito à proteção dos interesses económicos dos consumidores, concretizando, no seu artigo 9.º, n.ºs 1 e 8, que «1 - O consumidor tem direito à proteção dos seus interesses económicos, impondo-se nas relações jurídicas de consumo a igualdade material dos intervenientes, a lealdade e a boa-fé, nos preliminares, na formação e ainda na vigência dos contratos. (...) 8 - Incumbe ao Governo adotar medidas adequadas a assegurar o equilíbrio das relações jurídicas que tenham por objeto bens e serviços essenciais, designadamente água, energia elétrica, gás, telecomunicações e transportes públicos;

- Que, por deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal no passado dia 26 de abril de 2019, no contexto da constatação de leituras anómalas dos consumos de água reportadas a novembro de 2018, e relativamente aos consumidores/utilizadores referenciados como tendo sido alvo de leituras anómalas, foi decidido, além do mais, (1) apurar, por reporte aos consumos reais lidos nos últimos dois meses, a média aritmética dos seis meses de consumo que precederam a leitura efetuada em novembro de 2018; (2.) com base nessa média, apurar o escalão da tarifa variável do consumo de água que seria aplicável em cada um desses seis meses; (3.) proceder, com reporte ao acima apurado, à correção das faturas emitidas na sequência das leituras efetuadas em novembro de 2018 e; (4.) permitir aos utilizadores, nos casos em que tal faturação corrigida se afaste em mais de 25% do valor médio relativo, o pagamento da fatura corrigida em prestações mensais, com o valor mínimo mensal a fixar por acordo a estabelecer com os mesmos;

- Que a solução subjacente à referida deliberação de 26 de abril de 2019 se apresentava então como justa e razoável, em face ao confronto dos interesses em presença, conforme resulta do juízo de proporcionalidade então explanados nos considerandos da proposta de deliberação;

- Que, no âmbito de processo disciplinar instaurado contra o trabalhador José Gabriel Simões Rodrigues Martins, o qual tem vindo a exercer as tarefas de leitor-cobrador do Município desde setembro de 2010, foi apresentado, em 15 de maio de 2019, competente Relatório Final, no qual a Senhora Instrutora propôs a aplicação de uma sanção disciplinar ao trabalhador, derivada da “prática de leituras de consumos não correspondentes às reais”, em violação dos deveres de prossecução do interesse público, de imparcialidade, de zelo e de lealdade;

- Que na instrução do referido procedimento disciplinar, o Trabalhador confessou ter indicado leituras não correspondentes às reais;

- Que, por deliberação deste órgão, de 30 de maio de 2019, foi confirmada a aplicação ao trabalhador da sanção disciplinar proposta pela Senhora Instrutora no Relatório Final;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

- Que, na mesma deliberação, e em cumprimento do disposto artigo 179.º, n.º 4 da LTFP, foi determinado dar notícia ao Ministério Público do Relatório Final, ante a circunstância de os factos praticados pelo Trabalhador serem passíveis de ser considerados como infração penal;

- Que a constatação desta factualidade impõe uma reanálise da bondade das opções que ditaram a deliberação de 26 de abril de 2019;

- Que, conforme entretanto se constatou no referido procedimento disciplinar, por via da infração cometida pelo Trabalhador, não foi dado cumprimento à mencionada norma do artigo 28.º do Regulamento da ERSAR relativamente aos consumidores/utilizadores referenciados como tendo sido alvo de leituras anómalas;

- Que, ante tal constatação, se revelaria injusto impor aos consumidores/utilizadores referenciados o pagamento de quantias exageradas e inflacionadas em função da concentração, numa única leitura, de acertos e correspondente acréscimo artificial das correspondentes taxas de consumo de água e de saneamento e de gestão de resíduos;

- Que, reportado às situações em causa, se verificam constrangimentos na distinção entre os consumos reais e os que foram, eventualmente, ficcionados pelo trabalhador sancionado;

- Que o Município irá, naturalmente, deduzir pedido de indemnização cível na instância criminal que resultará da participação da infração ao Ministério Público, no qual reclamará o ressarcimento das quantias de consumo de água que ficou impossibilitada de cobrar aos consumidores/utilizadores por via da infração cometida pelo Trabalhador, aliás como lhe é imposto, além do mais, pelo “Princípio da autonomia financeira” das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e, especificamente, pela obrigação de liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por lei lhes sejam destinadas, conforme dispõe o seu artigo 6.º, n.º 2.

- Que não foi dada execução à Deliberação tomada por maioria em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 26/04/2019, sob a epígrafe “Fornecimento de água para abastecimento público-Faturação novembro de 2018”;

- Que se tem registado o surgimento de novas situações para além das inicialmente apuradas, devido, nomeadamente, à não contagem das leituras v.g. por inacessibilidade do contador;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, relativamente aos casos referenciados pelos serviços camarários como tendo sido alvo de leituras anómalas reportadas a novembro de 2018, o seguinte:

- Revogar a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 26 de abril de 2019, exceto no que concerne aos considerandos que vão, por uma questão de sistematização numa única deliberação, supra transcritos;
- Clarificar que os 55 consumidores/utilizadores constantes da relação inicial, referenciados como tendo sido alvo de leituras anómalas foram apurados tendo por referência a qualificação dos seus consumos como elevados, sendo estes os que ultrapassem 15m³ da média de consumos considerando o período dos 6 meses anteriores aos mesmos;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 14/2019

Reunião Ordinária de 30 de julho de 2019

- Ordenar aos serviços camarários que, relativamente aos consumidores/utilizadores referenciados como tendo sido alvo de leituras anómalas, em concreto, com consumos reais inferiores aos consumos lidos, procedam ao crédito dos montantes debitados nas faturas emitidas na sequência das leituras efetuadas em novembro de 2018;
- Ordenar aos serviços camarários que, relativamente aos consumidores/utilizadores abrangidos por esta deliberação e que já tenham procedido ao pagamento das referidas faturas, procedam ao competente acerto de contas;
- Determinar o pagamento pelos munícipes em causa, dos valores referentes às taxas devidas (taxa fixa da água, do saneamento e dos resíduos);

Mais se propõe, que a presente deliberação seja aplicada a todos os consumidores/utilizadores que se enquadrem nos pressupostos da presente deliberação, ou seja, que tenham anomalias nas leituras imputáveis aos serviços camarários, existentes à data de novembro de 2018, e cujos consumos sejam considerados elevados conforme o critério indicado na presente deliberação, quer constem quer não da lista inicialmente apresentada e que se anexa juntamente com outra atualizada à data da presente deliberação (Docs. 1 e 2).

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

18. EMPREITADA DE “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA)/ INCÊNDIOS 2017” - ESCLARECIMENTO

Presente o Relatório de Avaliação de Risco de Materiais de Amianto, elaborado pela empresa Controle de Risco, Consultadoria Especializada no Controle de Amianto, mediante solicitação do Município de Castanheira de Pera no âmbito da empreitada de “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) / Incêndios 2017”.

Propõe-se que a Câmara Municipal aprove o seu teor e proceda à disponibilização do mesmo na plataforma de contratação no âmbito do disposto no artigo 50.º do CCP.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

ENCERRAMENTO

19. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram vinte horas e sete minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____